

Relatório do Controle Interno 1º Quadrimestre de 2022

Prefeitura do Município de Piracicaba

Sumário

Apresentação.....	3
1. Análise do desempenho fiscal.....	4
1.1 Execução Orçamentária.....	4
1.2 Receitas.....	4
1.2.1 Receita Corrente Líquida.....	6
1.3 Despesas.....	7
1.4 Resultado Primário.....	8
1.5 Resultado Nominal.....	9
2. Limites constitucionais.....	10
2.1 Despesas com Pessoal.....	10
2.2 Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde.....	11
2.3 Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino.....	12
2.4 Aplicação dos Recursos no FUNDEB.....	13
2.5 Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE.....	14
Considerações Finais.....	15

Apresentação

O Sistema de Controle Interno do Município tem por finalidade a realização de atividades de fiscalização e de orientação destinadas à correta aplicação dos recursos públicos. Por meio de seu Órgão Central, deve emitir relatórios para ciência do Chefe do Poder Executivo, apresentando os resultados da execução operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do município.

O presente Relatório de Controle Interno – RCI, tem por objetivo avaliar a execução orçamentária e financeira do município em cumprimento à legislação pertinente, referente ao 1º quadrimestre de 2022, de modo a oferecer melhores condições para a tomada de decisão da alta administração a fim de que os objetivos estratégicos do município sejam alcançados.

O trabalho apresentado visa avaliar a execução orçamentária da Administração Direta e Indireta de Piracicaba, trazendo um resumo das receitas e despesas, o resultado primário e nominal obtido no período de janeiro a abril do presente exercício, bem como verificar os limites constitucionais referentes a despesa com pessoal e a aplicação dos recursos próprios em saúde e educação (manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb).

1. Análise do desempenho fiscal

As informações apresentadas neste relatório, estão demonstradas de forma consolidada, abrangendo os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do município de Piracicaba.

Para elaboração das análises foram utilizadas informações extraídas dos balancetes conta contábil e conta corrente dos arquivos XMLs gerados pelo sistema de contabilidade do município.

Os dados apurados para elaboração dos demonstrativos podem sofrer alterações em face de eventuais ajustes contábeis; nessa hipótese, tais modificações serão consignadas no próximo RCI.

1.1 Execução Orçamentária

O resumo do balanço orçamentário do município está apresentado na tabela 01, na qual demonstram-se as receitas realizadas, as despesas liquidadas e o resultado orçamentário apurado no primeiro quadrimestre de 2022. No período, ocorreu um superávit orçamentário de R\$ 309,9 milhões.

Tabela 01 - Balanço Orçamentário Resumido

Receitas Orçamentárias	Previsão Atualizada 2022	Receitas Realizadas até Abril / 2022	%
1 - Receitas Correntes	2.164.967.200,00	865.263.343,53	40%
2 - Receitas de Capital	22.952.000,00	1.063.523,07	5%
9 - Deduções da Receita	155.725.200,00	64.437.830,00	41%
7 - Receitas Intra Orçamentárias	47.470.000,00	11.441.824,58	24%
Total das Receitas Orçamentárias (I)	2.079.664.000,00	813.330.861,18	39%

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada 2022	Despesas Liquidadas até Abril / 2022	%
3 - Despesas Correntes	1.999.008.965,77	483.875.241,23	24%
4 - Despesas de Capital	95.956.572,37	8.087.172,89	8%
9 - Reserva de Contingência	36.008.000,00	0,00	0%
7 - Despesas Intra Orçamentárias	41.709.460,00	11.437.634,35	27%
Total das Despesas Orçamentárias (II)	2.172.682.998,14	503.400.048,47	23%
Resultado da Execução Orçamentária	Déficit / Superávit (III) = (I)-(II)	309.930.812,71	

Fonte: SIAFEM / AUDESP

1.2 Receitas

As receitas orçamentárias do município estão demonstradas na Tabela 02, que apresenta um comparativo entre a receita arrecadada no 1º quadrimestre de 2021 e 2022 e a previsão anual atualizada para o exercício corrente.

Tabela 02 – Receitas por Categoria Econômica

RECEITAS	Arrecadada até Abril/2021	Previsão Anual Atualizada 2022	Arrecadada até Abril/2022
Receitas Correntes (I)	728.138.847,27	2.164.967.200,00	865.263.343,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	208.255.190,95	620.365.000,00	245.595.716,94
Contribuições	5.834.492,94	23.735.000,00	5.738.474,03
Receita Patrimonial	1.961.661,63	8.197.000,00	30.193.218,94
Receita de Serviços	81.495.498,48	290.689.000,00	89.960.815,55
Transferências Correntes	422.536.491,85	1.184.633.000,00	470.549.608,69
Outras Receitas Correntes	8.055.511,42	37.348.200,00	23.225.509,38
Receitas de Capital (II)	5.381.710,31	22.952.000,00	1.063.523,07
Operações de Crédito	5.218.610,36	13.501.000,00	482.705,81
Alienação de Bens	3.432,00	1.000,00	33.543,50
Transferências de Capital	159.667,95	9.445.000,00	547.273,76
Outras Receitas de Capital	-	5.000,00	-
(-) Deduções da Receita (III)	55.228.282,15	155.725.200,00	64.437.830,00
Receitas Intra Orçamentárias (IV)	11.646.672,48	47.470.000,00	11.441.824,58
TOTAL (V) = (I+II-III+IV)	689.938.947,91	2.079.664.000,00	813.330.861,18

Fonte: SIAFEM / AUDESP

As receitas totais arrecadadas pelo município somaram o montante de aproximadamente R\$ 813,3 milhões. Dentre as Receitas Correntes, as mais representativas foram as “Transferências Correntes” e os “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.

As receitas de “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” tiveram aumento de aproximadamente 18% em relação a 2021 e de 2,69% em relação ao previsto para o período em 2022. Este resultado foi impulsionado principalmente pela arrecadação do ISS (crescimento de 19,66% em relação ao previsto).

A “Receita Patrimonial” teve uma alta expressiva em 2022 (acima do atingido em 2021 e do previsto para 2022). Tal resultado é reflexo das receitas de Aplicações Financeiras, que estão relacionadas aos rendimentos dos recursos da Saúde, Fundeb, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e Tesouro. As “Receitas de Serviços” referem-se, majoritariamente, ao Serviço Municipal de Água e Esgoto.

As “Transferências Correntes” são as receitas de maior representação na receita total do município e tiveram um aumento acima do previsto no quadrimestre. O ICMS e o FPM apresentaram crescimento de 16,40% e 26,70% respectivamente, em relação ao mesmo período de 2021, resultado que retrata a inflação acima do esperado no exercício. O IPVA teve um aumento de 8,81% em relação a 2021, devido ao crescente aumento nos preços dos veículos e as condições de pagamento oferecidas pelo Estado de São Paulo.

As “Outras Receitas Correntes” são provenientes das multas de trânsito e das demais receitas correntes, como receitas eventuais e receitas da Dívida Ativa Não Tributária, resultantes do programa de recuperação fiscal (Refis).

Já as “Receitas de Capital” tiveram uma arrecadação menor em relação à 2021 e ao previsto para o período nesse ano. Tal fato se deve principalmente pelas receitas de

“Operações de Crédito” que estavam relacionadas ao Finisa (programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) que não se concretizaram no período.

1.2.1 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) é utilizada como parâmetro para diversos indicadores da gestão fiscal e limite de gastos para União, Estados e Municípios. Representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes; e são deduzidas a contribuição dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes de previdência e a retenção para formação do FUNDEB. O cálculo é apurado de maneira consolidada no município considerando os últimos doze meses.

A RCL do período analisado (maio/21 a abril/22) alcançou R\$2,033 bilhões, tendo as “Transferências Correntes” representado aproximadamente 62% desse montante, conforme tabela 03.

Tabela 03 - Evolução da Receita Corrente Líquida Realizada nos Últimos 12 meses
Especificação **Mai/21 a Abr/22**

Receitas Correntes (I)	2.234.425.337,30
Receitas Tributárias	599.301.051,16
Receita de Contribuição	19.047.702,61
Receita Patrimonial	47.864.388,15
Receita de Serviços	260.543.065,77
Transferências Correntes	1.257.935.192,86
Outras Receitas Correntes	49.733.936,75
Deduções (II)	200.827.227,77
Contribuição do Servidor a RPPS	19.047.702,61
Receitas de Compensação Previdenciária	4.712.144,71
Ganhos com Apl. Financeira do RPPS	19.484.514,61
Deduções de Receita para Formação do FUNDEB	157.582.865,84
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.033.598.109,53
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (IV)	3.638.392,08
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.029.959.717,45
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §16º, da CF) (VI)	3.157.355,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2.026.802.362,45

Fonte: SIAFEM / AUDESP

1.3 Despesas

As despesas orçamentárias do município estão demonstradas na tabela 04, que apresenta a dotação atualizada para o exercício e as despesas liquidadas até abril de 2021 e 2022.

Tabela 04 – Despesas por Categoria Econômica

DESPESAS	Despesa Liquidada até Abril/2021	Dotação Atualizada - 2022	Despesa Liquidada até Abril/2022
Despesas Correntes	454.568.700,81	1.999.008.965,77	483.875.241,23
Pessoal e Encargos Sociais	241.368.273,03	915.269.559,62	244.458.472,04
Juros e Encargos da Dívida	2.554.640,42	9.790.000,00	3.240.041,54
Outras Despesas Correntes	210.645.787,36	1.073.949.406,15	236.176.727,65
Despesas de Capital	8.890.699,56	95.956.572,37	8.087.172,89
Investimentos	2.962.027,04	77.097.472,37	1.717.389,76
Amortização / Refinanciamento da Dívida	5.928.672,52	18.859.100,00	6.369.783,13
Reserva de Contingência	-	36.008.000,00	-
Despesas Intra Orçamentárias	11.646.672,48	41.709.460,00	11.437.634,35
TOTAL DAS DESPESAS	475.106.072,85	2.172.682.998,14	503.400.048,47

Fonte: SIAFEM / AUDESP

As despesas correntes somaram o valor de R\$ 483,8 milhões (24,21% da fixada para o exercício), sendo que os grupos mais representativos dessa categoria foram as “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais” (que registrou aproximadamente R\$ 244,4 milhões) e as “Outras Despesas Correntes” (que registraram R\$ 236,1 milhões). Já as despesas de capital representaram um montante de aproximadamente R\$ 8 milhões no período.

1.4 Resultado Primário

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários do município são compatíveis com sua arrecadação. A tabela 05 apresenta o cálculo para obtenção do Resultado Primário.

Tabela 05 – Resultado Primário

RECEITAS FISCAIS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Receitas até Abril 2022
Receitas Fiscais Correntes (I)	2.159.872.200,00	2.159.872.200,00	836.249.688,96
Receita Tributária	620.365.000,00	620.365.000,00	245.595.716,94
Receita de Contribuição	23.735.000,00	23.735.000,00	5.738.474,03
Receita Previdenciária	23.735.000,00	23.735.000,00	5.738.474,03
Receita Patrimonial Líquida	3.102.000,00	3.102.000,00	1.179.564,37
Receita Patrimonial	8.197.000,00	8.197.000,00	30.193.218,94
(-) Aplicações Financeiras	5.095.000,00	5.095.000,00	29.013.654,57
Transferências Correntes	1.184.633.000,00	1.184.633.000,00	470.549.608,69
Demais Receitas Correntes	328.037.200,00	328.037.200,00	113.186.324,93
Diversas Receitas Correntes	328.037.200,00	328.037.200,00	113.186.324,93
Receitas de Capital (II)	22.952.000,00	22.952.000,00	1.063.523,07
Operações de Crédito (III)	13.501.000,00	13.501.000,00	482.705,81
Alienação de Ativos	1.000,00	1.000,00	33.543,50
Outras Alienações de Bens	1.000,00	1.000,00	33.543,50
Transferências de Capital	9.445.000,00	9.445.000,00	547.273,76
Convênios	3.445.000,00	3.445.000,00	547.273,76
Outras Transferências de Capital	6.000.000,00	6.000.000,00	0
Outras Receitas de Capital	5.000,00	5.000,00	0
Receitas Fiscais de Capital (VI) = (II-III-IV-V)	9.451.000,00	9.451.000,00	580.817,26
Deduções da Receita (VII)	155.725.200,00	155.725.200,00	64.437.830,00
Receitas Fiscais Líquidas (VIII) = (I+VI-VII)	2.013.598.000,00	2.013.598.000,00	772.392.676,22
DESPESAS FISCAIS	Dotação Anual Inicial	Dotação Anual Atualizada	Despesas Liquidadas até Abril 2022
Despesas Correntes (IX)	1.909.977.142,75	1.999.008.965,77	483.875.241,23
Pessoal e Encargos Sociais	901.284.252,85	915.269.559,62	244.458.472,04
Juros e Encargos da Dívida (X)	9.790.000,00	9.790.000,00	3.240.041,54
Outras Despesas Correntes	998.902.889,90	1.073.949.406,15	236.176.727,65
Desp. Fiscais Correntes (XI) = (IX-X)	1.900.187.142,75	1.989.218.965,77	480.635.199,69
Despesas de Capital (XII)	91.969.397,25	95.956.572,37	8.087.172,89
Investimentos	73.110.297,25	77.097.472,37	1.717.389,76
Amortização da Dívida (XV)	18.859.100,00	18.859.100,00	6.369.783,13
Desp. Fiscais de Capital (XVI) = (XII-XIII-XIV-XV)	73.110.297,25	77.097.472,37	1.717.389,76
Reserva de Contingência (XVII)	36.008.000,00	36.008.000,00	0
Despesas Fiscais Líquidas (XVIII) = (XI+XVI+XVII)	2.009.305.440,00	2.102.324.438,14	482.352.589,45
RESULTADO PRIMÁRIO (VIII-XVIII)	4.292.560,00	-88.726.438,14	290.040.086,77

Fonte: SIAFEM / AUDESP

O Resultado Primário do município apresentou um superávit de R\$ 290 milhões no período de janeiro a abril.

O valor acompanha a tendência de superávit do município nos últimos anos, ou seja, as receitas primárias superaram as despesas primárias demonstrando o equilíbrio das contas municipais.

Tabela 06 - Evolução do Resultado Primário dos exercícios anteriores (Janeiro a Dezembro)

Ano	2018	2019	2020	2021
Resultado Primário	26.432.964,92	46.179.532,67	173.842.143,39	311.255.513,19

1.5 Resultado Nominal

O Resultado Nominal compreende o resultado da variação da dívida fiscal líquida do setor público deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos. A tabela 07 demonstra o resultado nominal no município no 1º Quadrimestre de 2022. Para o período, verificou-se uma diminuição no estoque da dívida de R\$ 214,9 milhões.

Tabela 07 – Resultado nominal

	Saldo em 12/2021	Saldo em 04/2022
Dívida Consolidada (I)	159.467.118,46	153.473.638,59
Deduções (II)	451.592.993,85	662.440.126,51
Ativo Disponível	436.646.547,97	651.109.861,42
Haveres Financeiros	29.838.751,23	36.437.260,38
(-) Restos a Pagar Processados	14.892.305,35	216.591,85
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	24.890.403,44
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-292.125.875,39	-508.966.487,92
Receita de Privatizações (IV)	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	52.873.867,83	51.031.524,22
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	-344.999.743,22	-559.998.012,14
RESULTADO NOMINAL	Período de Referência	
	Resultado acumulado no Quadrimestre	Variação no quadrimestre
	-559.998.012,14	-214.998.268,92

Fonte: SIAFEM / AUDESP

2. Limites constitucionais

Na sequência do relatório, apresenta-se a verificação do cumprimento dos limites constitucionais relativos a despesa com pessoal e a aplicação dos recursos em saúde e educação.

2.1 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal nos últimos doze meses estão apresentadas na tabela 08. O limite constitucional representa uma porcentagem da Receita Corrente Líquida.

Tabela 08 – Despesas com pessoal nos últimos 12 meses

Despesas com Pessoal	Mai/21 a Abr/22
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Ativo	507.693.684,50
Remuneração de Agentes Políticos	129.528,41
Encargos Sociais	121.535.387,00
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	139.439.451,95
Outras Despesas e Obrigações (variáveis, etc)	37.485.698,11
Despesas de Exercícios Anteriores	2.372,71
Sentenças Judiciais	16.837.790,52
Indenizações e Restituições Trabalhistas	451.738,64
Total de Despesas com Pessoal	823.575.651,84
Deduções	
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores	16.840.163,23
Desp. com Inativos e Pensio. custeadas com recursos vinculados	-7.247.976,10
Total de Deduções	9.592.187,13
Total de Despesas com Pessoal Líquidas	813.983.464,71

Percentual de Limite de Despesas com pessoal:

Receita Corrente Líquida *	2.026.802.362,45
Limite Máximo de Gasto (Art. 20 LRF)	1.094.473.275,72 54,00%
Limite Prudencial 95% (Art. 22 LRF)	1.039.749.611,94 51,30%
Despesa Líquida com Pessoal	813.983.464,71 40,16%

*Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

Fonte: SIAFEM / AUDESP

Constata-se que as despesas com pessoal estão abaixo do limite máximo e do limite prudencial estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizando R\$ 813 milhões que representam 40,16% da receita corrente líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

Vale destacar que devido a pandemia, a lei complementar nº 173/2020 congelou salários e proibiu a contratação de novos servidores que implicassem em aumento de despesas até 31 de dezembro de 2021. A partir de 2022, a tendência é de aumento nas despesas com pessoal, por meio da concessão de reajustes e de novas contratações.

2.2 Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Até o mês de abril, a Secretaria Municipal de Saúde aplicou, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de R\$ 82,3 milhões de reais. Este valor, frente a arrecadação de impostos e transferências legais constitucionais de R\$ 535 milhões, representa **15,39%** das receitas de impostos e transferências constitucionais.

A aplicação dos recursos encontra-se acima do percentual mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional n.º 29/2000, para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde pelos entes federativos.

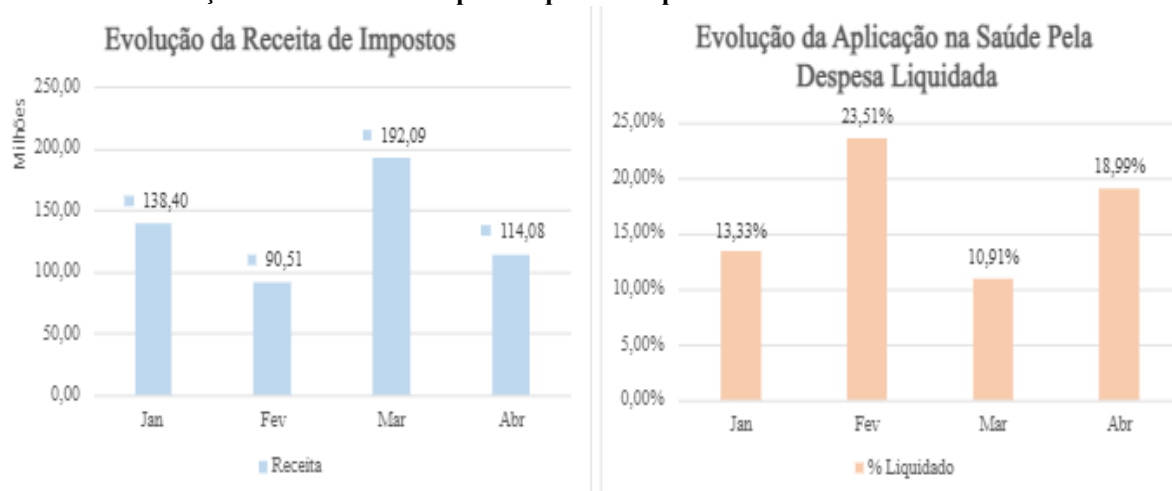
A tabela 09, demonstra as receitas e despesas aplicadas em saúde pelo município no 1º quadrimestre de 2022.

Tabela 09 - Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Período	Receita	Aplicação Mínima (15%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	138.399.222,99	20.759.883,45	44.453.167,61	32,12%	18.452.915,27	13,33%	18.343.130,22	13,25%
Fev	90.507.109,36	13.576.066,40	17.905.648,37	19,78%	21.274.603,31	23,51%	21.184.446,10	23,41%
Mar	192.087.741,88	28.813.161,28	43.717.471,45	22,76%	20.962.499,05	10,91%	20.961.868,30	10,91%
Abr	114.083.454,14	17.112.518,12	20.786.834,42	18,22%	21.664.664,69	18,99%	21.536.338,68	18,88%
Total	535.077.528,37	80.261.629,26	126.863.121,85	23,71%	82.354.682,32	15,39%	82.025.783,30	15,33%

Fonte: SIAFEM / AUDESP

Gráfico 01 – Evolução das Receitas e Despesas liquidadas aplicadas na Saúde



2.3 Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

Com relação à execução orçamentária, a Secretaria Municipal de Educação aplicou, até o mês de abril, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de R\$ 92,8 milhões de reais. Este valor, frente a arrecadação de impostos e transferências legais constitucionais de R\$ 535 milhões representa **17,35%** das receitas.

A tabela 10, apresenta as receitas e despesas aplicadas com recursos próprios em Ensino. Os dados apurados demonstram que **a aplicação dos recursos próprios em ensino está abaixo do mínimo constitucional de 25%** estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

Tabela 10 - Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

RECEITA DE IMPOSTOS			APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL (25%)			
	Previsão Anual Atualizada	Arrecadação até Abril/2022	Para o exercício 2022	Até Abril/2022		
Próprios	555.851.000,00	216.767.940,15	333.620.500,00	133.769.382,09		
Transferências da União	90.668.000,00	38.983.951,23				
Transferências do Estado	687.963.000,00	279.325.636,99				
Total	1.334.482.000,00	535.077.528,37				
APURAÇÃO DA APLICAÇÃO						
Despesa Empenhada (até o período)			Despesa Liquidada (até o período)		Despesa Paga (até o período)	
Valor	%		Valor	%	Valor	%
DESPESAS TOTAIS						
Total	133.509.405,14	24,95	92.824.481,82	17,35	91.639.897,28	17,13
Educação Infantil	39.195.134,70	7,33	17.113.163,17	3,20	16.468.043,78	3,08
Ensino Fundamental	30.652.353,00	5,73	12.049.401,21	2,25	11.509.936,06	2,15
Retenções ao Fundeb	63.661.917,44	11,90	63.661.917,44	11,90	63.661.917,44	11,90
DEDUÇÕES						
Total	21.422.332,47	4,00	21.423.890,57	4,00	24.384.782,17	4,56
Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Ganho de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Ganho de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundeb Retido e Não Aplicado	21.422.332,47	4,00	21.423.890,57	4,00	24.384.782,17	4,56
DESPESAS LÍQUIDAS						
Total	112.087.072,67	20,95	71.400.591,25	13,34	67.255.115,11	12,57
Educação Infantil	39.195.134,70	7,33	17.113.163,17	3,20	16.468.043,78	3,08
Ensino Fundamental	30.652.353,00	5,73	12.049.401,21	2,25	11.509.936,06	2,15
Retenções Fundeb	42.239.584,97	7,89	42.238.026,87	7,89	39.277.135,27	7,34

Fonte: AUDESP

Cabe ressaltar que em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de Covid-19, foi aprovada a Emenda Constitucional 119/2022, que isenta de responsabilidade os estados e municípios pela não aplicação do percentual mínimo em educação nos anos de 2020 e 2021, tendo os gestores, a obrigação de investir o que não foi aplicado nesses dois anos até o final do exercício de 2023.

A tabela 11, apresenta as receitas e despesas na aplicação em ensino nos anos de 2020 e 2021. Nos dois anos, o município não atingiu o percentual mínimo estabelecido, atingindo 23,89% e 20,62%, respectivamente, segundo o critério das despesas liquidadas.

Tabela 11 - Aplicação dos Recursos próprios em Ensino - Exercícios de 2020 e 2021

	2020	2021
Receita para aplicação no ensino	1.060.388.793,32	1.259.332.333,84
Mínimo constitucional (25%)	265.097.198,33	314.833.083,46
	% Aplicado	% Aplicado
Despesas Empenhadas	263.994.634,33	276.702.220,89
Despesas Liquidadas	253.302.123,52	259.697.782,62
Despesas Pagas	250.508.228,29	257.703.054,41

Fonte: AUDESP

Dessa forma, o município deverá complementar na aplicação do ensino a diferença a menor entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível constitucionalmente nos referidos anos até o final do exercício de 2023.

2.4 Aplicação dos Recursos no FUNDEB

Até o mês de abril, a Secretaria Municipal de Educação aplicou, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de R\$ 42,2 milhões de reais no Fundeb, que representa **50,41%** do total das receitas. A tabela 12 apresenta as receitas e despesas relacionadas ao Fundeb no período de janeiro a abril de 2022.

Tabela 12 - Aplicação dos Recursos no Fundeb

Receitas do FUNDEB			Retenções do FUNDEB	
	Prev. Atualizada para 2022	Arrecadação até Abril	Prev. Atualizada Para 2022	Retido Até Abril
Receitas de Transferências	190.318.000,00	82.792.543,87	155.725.000,00	63.661.917,44
Receitas de Aplicações Financeiras	285.000,00	999.826,04		
Total da Receita	190.603.000,00	83.792.369,91		
Apuração do Resultado do Fundeb				
Aplicações Mínimas Obrigatórias			Transferências	Retenções
Total	190.603.000,00	83.792.369,91	82.792.543,87	63.661.917,44
Magistério 70%	133.422.100,00	58.654.658,94	Diferença (Recebido - Retido) = Ganho	19.130.626,43

Apuração da aplicação						
	Despesa Empenhada (até Abril/22)		Despesa Liquidada (até Abril/22)		Despesa Paga (até Abril/22)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	42.239.584,97	50,41	42.238.026,87	50,41	39.277.135,27	46,87
Magistério	42.239.584,97	50,41	42.238.026,87	50,41	39.277.135,27	46,87
Outros	-	0	-	0	-	0

De acordo com o art. 25 da lei nº 14.113/2020, os recursos do Fundeb devem ser utilizados no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, sendo que até 10% dos recursos recebidos poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício subsequente. Além disso, conforme o art. 26 da lei supracitada, um percentual mínimo de 70% dos recursos deverá ser aplicado na remuneração dos profissionais da atenção básica.

2.5 Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

O controle interno deve acompanhar a situação da entrega de documentação referente à Educação e à Saúde ao Siope e Siops, respectivamente.

A verificação da entrega de documentos em atendimento ao calendário de obrigações, foi realizada via consulta ao CAUC - serviço que disponibiliza informações sobre o cumprimento de requisitos fiscais por parte dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e de organizações da sociedade civil, necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal.

Em relação a Educação, foi verificado se há regularidade quanto ao envio das informações do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) ao Siope (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação).

Até a última verificação realizada pelo controle interno, no dia 11/07/2022, a situação do relatório referente ao 2º Bimestre de 2022 constava como **não entregue**. A entrega precisa ser regularizada para evitar possíveis prejuízos ao município.

Quanto a Saúde, buscou-se verificar a regularidade do envio das informações do Anexo 12 do RREO ao Siops (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde). No entanto, este item foi desabilitado temporariamente em decorrência de problemas relacionados à transmissão de dados.

O Ministério da Saúde informou, por meio de nota, que houve um comprometimento na disponibilização da versão de transmissão dos dados ao SIOPS no 1º e 2º bimestre de 2022. Segundo a nota, estão sendo tomadas as devidas providências para que nenhum ente seja prejudicado no recebimento de transferências voluntárias devido ao atraso.

Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno, em consonância com a legislação, apresenta este Relatório de acompanhamento da gestão fiscal, cumprindo a atribuição de proporcionar a situação orçamentário-financeira do 1º quadrimestre de 2022, de modo a oferecer melhor condição para as decisões da alta administração a fim de que os objetivos estratégicos do município sejam alcançados.

Neste relatório foi apresentada a execução orçamentária consolidada do município, bem como apresentados os limites constitucionais em despesas com pessoal e a verificação da aplicação mínima dos recursos em saúde e educação.

Segundo as análises do controle interno, o município demonstra equilíbrio orçamentário entre as receitas e despesas no período, apresentando superavit orçamentário. Os gastos municipais referentes às despesas com pessoal estão abaixo do limite máximo e do limite prudencial estipulados na legislação; e as despesas com Saúde vem atingindo a aplicação constitucional mínima exigida.

Em relação as despesas com Educação, o município não vem atingindo a aplicação mínima exigida no art. 212 da Constituição Federal nas despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino e o percentual mínimo no Fundeb. O não cumprimento das despesas em ensino, pode acarretar em sanções, restrições ou penalidades ao município, como a suspensão de transferências voluntárias, intervenção estatal, além de responsabilização da autoridade competente. Logo, é de suma importância que a aplicação dos recursos cumpra o mínimo constitucional para evitar prejuízos ao município.

Cabe ressaltar ainda que, de acordo com a emenda constitucional nº 119/2022, o município deverá aplicar até o final de 2023, a diferença entre os valores não realizados nas despesas com ensino nos exercícios de 2020 e 2021, que devido a calamidade pública ocasionada pela pandemia não foram alcançados.

Por fim, submetemos este Relatório de Controle ao Sr. Prefeito Municipal para ciência e deliberações que entender necessárias. Posteriormente, o presente relatório deve ficar a disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Piracicaba, 22 de julho de 2022.